

NEWSLETTER DIGESTO N.º 13/2017

Disponibilização: 3 de julho de 2017

Período abrangido: 19 a 30 de junho de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
2. Administração Local
3. Agricultura, Caça e Pescas
 - Florestas
4. Ambiente
5. Cidadania
6. Comércio
7. Comunicação Social
8. Consumidores
9. Cultura
10. Desporto
11. Educação
12. Emprego
13. Empresas
14. Ensino Superior
15. Finanças
 - Atividade Seguradora
16. Justiça
17. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
18. Saúde
19. Segurança Social
20. Trabalho
21. Transportes e Comunicações
22. Turismo

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Diretiva n.º 6/2017, de 30 de junho](#)

(Administração Interna - Polícia de Segurança Pública - Direção Nacional)

Define os conceitos, critérios e procedimentos que visam regulamentar a prática recreativa com reproduções de armas de fogo.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Lei n.º 45/2017, de 22 de junho](#)

(Assembleia da República)

Altera os limites territoriais entre a Freguesia de Gove e a União das Freguesias de Ancede e Ribadouro, no município de Baião.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- FLORESTAS

[Portaria n.º 195/2017, de 22 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece que, no ano de 2017, o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios vigora de 22 de junho a 30 de setembro.

4. AMBIENTE

[Lei n.º 44/2017, de 19 de junho](#)
(Assembleia da República)

Procede à alteração da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, estabelecendo o princípio da não privatização do setor da água.

[Aviso n.º 6907/2017, de 22 de junho](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Aprova o Programa Apoiar a Transição para uma Economia Circular - Fase I.

5. CIDADANIA

[Decreto n.º 18-A/2017, de 19 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Declara luto nacional por três dias, em 18, 19 e 20 de junho de 2017, pelas vítimas do incêndio que deflagrou no Município de Pedrógão Grande.

6. COMÉRCIO

[Decreto-Lei n.º 75/2017, de 26 de junho](#)
(Economia)

Aprova o regime da apropriação do bem empenhado no penhor mercantil.

7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Despacho n.º 5588/2017, de 27 de junho](#)

(Finanças, Cultura e Planeamento e das Infraestruturas - Gabinetes dos Ministros das Finanças, da Cultura e do Planeamento e das Infraestruturas)

Determina os termos do financiamento dos incentivos do Estado à comunicação social de âmbito regional e local, para o ano de 2017.

8. CONSUMIDORES

[Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho](#)

(Economia)

Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on-line», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado».

Procede à alteração do Regime Jurídico do Livro de Reclamações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, e do Regime do livro de elogios, sugestões e reclamações aplicável ao setor público, constante do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril.

[Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho](#)

(Finanças)

Aprova o regime dos contratos de crédito relativos a imóveis, estabelecendo nomeadamente as regras aplicáveis ao crédito a consumidores garantido por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel, e procede à transposição parcial para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2014/17/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa a contratos de crédito aos consumidores para imóveis destinados a habitação, e à alteração do Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, relativo a contratos de crédito aos consumidores.

9. CULTURA

[Decreto-Lei n.º 70/2017, de 20 de junho](#) (Cultura)

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março, que cria a Cômica Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cômica e aprova os respectivos estatutos, adaptando esses estatutos à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

[Despacho n.º 5401/2017, de 21 de junho](#) (Finanças e Cultura - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Cultura)

Procede à alteração do Despacho n.º 6474/2014, de 19 de maio, que fixa os valores de ingresso nos serviços dependentes da Direção-Geral do Património Cultural.

[Portaria n.º 156/2017, de 21 de junho](#) (Cultura e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Ministro da Cultura e do Secretário de Estado do Emprego)

Estabelece os procedimentos necessários e o serviço responsável pela gestão, organização e manutenção do Registo Nacional de Profissionais do Setor das Atividades Artísticas, Culturais e de Espetáculo, a que se refere o Regime dos Contratos de Trabalho dos Profissionais de Espetáculos, aprovado pela Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro.

10. DESPORTO

[Despacho n.º 5596/2017, de 27 de junho](#) (Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto)

Reconhece como sendo de interesse público a 79.ª edição da Volta a Portugal em bicicleta.

11. EDUCAÇÃO

[Despacho n.º 5458-A/2017, de 22 de junho](#)

(Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação)

Aprova os calendários, para o ano letivo de 2017-2018, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como de provas e exames dos ensinos básico e secundário.

[Portaria n.º 197/2017, de 23 de junho](#)

(Educação)

Repristina e procede à alteração da Portaria n.º 260-A/2014, de 15 de dezembro, que regula a aquisição de qualificação profissional para a docência nos grupos de recrutamento que já detenham, ou venham a obter, formação certificada no domínio do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico e os níveis de proficiência linguística em Inglês do 3.º ao 12.º ano nos ensinos básico e secundário.

Procede à alteração do Despacho n.º 2384-A/2015, de 6 de março, que regulamenta a certificação da qualificação profissional para a docência no grupo de recrutamento 120 - Inglês do 1.º ciclo do ensino básico e o modo de apuramento da duração da experiência de ensino de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico.

[Portaria n.º 198/2017, de 26 de junho](#)

(Negócios Estrangeiros, Finanças e Educação)

Procede à alteração da Portaria n.º 1191/2010, de 19 de novembro, que manteve as estruturas de coordenação constituídas pela Portaria n.º 1396/2006, de 14 de dezembro, constituiu outras estruturas de coordenação do ensino português no estrangeiro, e passou a prever a competência do presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., para designar adjuntos de coordenação do ensino português no estrangeiro.

[Portaria n.º 172/2017, de 30 de junho](#)

(Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação)

Define as condições em que pode ser autorizado o recurso à permuta, prevista no Estatuto da Carreira Docente, pelos docentes de carreira.

12. EMPREGO

[Portaria n.º 196/2017, de 23 de junho](#)

(Negócios Estrangeiros, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia)

Procede à alteração da Portaria n.º 183/2015, de 22 de junho, que estabelece o enquadramento aplicável à medida INOV Contacto - Estágios Internacionais de Jovens Quadros.

13. EMPRESAS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2017, de 19 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa as condições a que deve obedecer a Oferta Pública de Venda de ações da Empresa Geral de Fomento, S. A., destinadas aos respetivos trabalhadores.

[Decreto-Lei n.º 77/2017, de 30 de junho](#)

(Finanças)

Cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas. Regula as sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia, procede à alteração do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 69/2004, de 25 de março, criando os certificados de dívida de curto prazo, e do Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro.

[Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho](#)

(Justiça)

Procede à alteração do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, e do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, em execução da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, que aprova o Programa Capitalizar.

[Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de junho](#)

(Economia)

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, que cria a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas, introduzindo na ordem jurídica nacional os conceitos de «empresa de média capitalização» e de «empresa de pequena-média capitalização».

14. ENSINO SUPERIOR

[Portaria n.º 192/2017, de 19 de junho](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Procede à alteração do Regulamento do Concurso Local para a Candidatura à Matrícula e Inscrição no Curso de Licenciatura em Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 187/2015, de 24 de junho.

[Despacho n.º 5404/2017, de 21 de junho](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro)

Procede à alteração do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado pelo Despacho n.º 8442-A/2012, de 22 de junho.

15. FINANÇAS

- ATIVIDADE SEGURADORA

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 3/2017-R, de 20 de junho](#)
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Estabelece os procedimentos de registo, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável.

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 4/2017-R, de 26 de junho](#)
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2017.

16. JUSTIÇA

[Acórdão \(extrato\) n.º 194/2017, de 19 de junho](#)
(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 38.º, n.º 1, do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro, na parte em que determina a suspensão de funções por efeito do despacho de pronúncia em processo penal por infração a que corresponda pena de prisão superior a três anos.

[Acórdão \(extrato\) n.º 242/2017, de 19 de junho](#)
(Tribunal Constitucional)

Ordena a anotação da alteração referente à denominação de partido político - de LIVRE/Tempo de Avançar para LIVRE - e indefere a anotação da alteração referente à sigla do partido.

[Decreto-Lei n.º 71/2017, de 21 de junho](#)
(Justiça)

Procede à alteração do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2017, de 23 de junho](#)
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: «A competência para conhecer do recurso interposto de acórdão do tribunal do júri ou do tribunal coletivo que, em situação de concurso de crimes, tenha aplicado uma pena conjunta superior a cinco anos de prisão, visando apenas o reexame da matéria de direito, pertence ao Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 432.º, n.º 1, alínea c), e n.º 2, do CPP, competindo-lhe também, no âmbito do mesmo recurso, apreciar as questões relativas às penas parcelares englobadas naquela pena, superiores, iguais ou inferiores àquela medida, se impugnadas.».

[Acórdão \(extrato\) n.º 641/2016, de 29 de junho](#)
(Tribunal Constitucional)

Confirma decisão sumária na parte em que não julgou inconstitucional a norma constante do artigo 169.º, n.º 1, do Código Penal, na redação conferida pela Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, e na parte em que não conheceu de uma das questões suscitadas, em virtude de o seu objeto não corresponder a norma efetivamente aplicada pelo tribunal a quo como critério determinante do julgado.

17. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Regulamentar n.º 5/2017, de 19 de junho](#) (Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à regulamentação da Lei n.º 9/2016, de 4 de abril, que institui um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração do valor e prolongamento da duração de apoios sociais nos concelhos de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira.

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M, de 27 de junho](#) (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo na Região Autónoma da Madeira, contidas na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e define o respetivo sistema regional de gestão territorial.

[Decreto Legislativo Regional n.º 19/2017/M, de 27 de junho](#) (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M, de 6 de maio, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

18. SAÚDE

[Despacho n.º 5346/2017, de 19 de junho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Define as orientações gerais para a celebração e/ou renovação de contratos em regime de prestação de serviços de pessoal médico, para a prestação de cuidados de saúde, por parte dos serviços ou estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde.

[Portaria n.º 193/2017, de 20 de junho](#)

(Saúde)

Determina os preços máximos de aquisição dos dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina e respetivos consumíveis para as entidades tuteladas pelo membro do Governo responsável pela área da saúde.

[Decreto-Lei n.º 73/2017, de 21 de junho](#)

(Saúde)

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, que estabelece o regime jurídico da organização e funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que as constituem.

[Portaria n.º 194/2017, de 21 de junho](#)

(Saúde)

Procede à alteração da Portaria n.º 142-B/2012, de 15 de maio, que define as condições em que o Serviço Nacional de Saúde assegura os encargos com o transporte não urgente de doentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde.

[Despacho n.º 5481/2017, de 23 de junho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina que a redução, em 35 %, dos encargos trimestrais com a aquisição de serviços externos de profissionais de saúde pelos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a que se refere o n.º 4 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 55/2017, de 5 de junho, aplica-se ao conjunto do SNS e não a cada estabelecimento individualmente considerado.

[Despacho n.º 5656/2017, de 28 de junho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Estabelece disposições sobre o desenvolvimento da Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco e da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, visando o reforço da prevenção e da resposta aos maus tratos e à violência ao longo do ciclo de vida no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

19. SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 72/2017, de 21 de junho](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração e de muito longa duração, através de uma dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social, na parte relativa à entidade empregadora.

[Despacho n.º 5406/2017, de 21 de junho](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social)

Determina o apoio facultado pelas instituições de segurança social e pela Casa Pia de Lisboa aos centros de cultura e desporto da segurança social.

20. TRABALHO

[Aviso n.º 7138/2017, de 27 de junho](#)
(Fundo de Compensação do Trabalho)

Publicita a alteração do Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho, constante do Regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro.

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2017, de 19 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária - PENSE 2020.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2017, de 26 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Quadro de Ação Nacional para a criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos.

22. TURISMO

[Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho](#)
(Economia)

Implementa a medida Simplex+ «Licenciamentos Turísticos+ Simples».

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adopta medidas de protecção das uniões de facto

Dados Gerais

Análise Jurídica	Lei n.º 7/2001
Dados Gerais	Lei n.º 7/2001
Informação Detalhada	Diário da República n.º 109/2001, Série I-A de 2001-05-11
Guias Práticos	Tipo Diploma: Lei
Newsletters Digesto	Número: 7/2001
	Data Assinatura: 2001-05-11
	Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, N° 109, de 2001-05-11, Pág. 2797
	NOTAS AOS DADOS GERAIS
	1-Lei Geral da República
	2-Os preceitos da presente lei com repercussão orçamental produzem efeitos com a lei do Orçamento do Estado posterior à sua entrada em vigor.
	RESUMO
	Adopta medidas de protecção das uniões de facto. No prazo de 90 dias serão publicados os diplomas regulamentares das normas da presente lei que de tal careçam.

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adota medidas de protecção das uniões de facto

Aplica/Regulamenta

APLICA/REGULAMENTA

Foi encontrada 1 associação.

Data

Texto

Al. c) do art. 161º da CRP

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adopta medidas de protecção das uniões de facto

Aplicado por/Regulamentado por

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR		
Foram encontradas 5 associações.		
Data	Texto	Diploma
2005-12-30	DEC LEI.234/2005.30.12.2005.MFAP, DR.IS-A [250] de 30.12.2005	Decreto-Lei n.º 234/2005 - Diário da República n.º 250/2005, Série I-A de 2005-12-30
2005-09-23	DEC LEI.167/2005.23.09.2005.MDN, DR.IS-A [184] de 23.09.2005	Decreto-Lei n.º 167/2005 - Diário da República n.º 184/2005, Série I-A de 2005-09-23
2005-09-20	DEC LEI.158/2005.20.09.2005.MAI, DR.IS-A [181] de 20.09.2005	Decreto-Lei n.º 158/2005 - Diário da República n.º 181/2005, Série I-A de 2005-09-20
2005-07-13	DEC LEI.113/2005.13.07.2005.MAI, DR.IS-A [133] de 13.07.2005	Decreto-Lei n.º 113/2005 - Diário da República n.º 133/2005, Série I-A de 2005-07-13
2005-05-16	DLR.9/2005/M.16.05.2005.AL- RAM, DR.IS-A [112] de 14.06.2005	Decreto Legislativo Regional n.º 9/2005/M - Diário da República n.º 112/2005, Série I-A de 2005-06-14

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adopta medidas de protecção das uniões de facto

Modificações Produzidas

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS

Foram encontradas 2 associações.


Data	Texto
1999-08-28	Revoga a Lei 135/99 de 28-Ago, DR.IS-A (201)
1990-10-15	Altera o art.85º do Dec Lei 321-B/90 de 15-Out, DR.IS (238)Supl

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adopta medidas de protecção das uniões de facto

Modificações Sofridas

MODIFICAÇÕES SOFRIDAS		
Foram encontradas 2 associações.		
Data	Texto	Diploma
2016-02-29	Alterado o art. 7.º do presente diploma, republicado pela Lei 23/2010 de 30-ago, pelo(a) Lei n.º 2/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29	Lei n.º 2/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29
2010-08-30	Dada nova redacção aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º, e aditado o art. 2º-A pela LEI.23/2010.30.08.2010.AR, DR.IS [168] de 30.08.2010, que republicou o presente diploma com as alterações introduzidas por ela introduzidas, sem prejuízo da caducidade do disposto no art. 9º.	Lei n.º 23/2010 - Diário da República n.º 168/2010, Série I de 2010-08-30

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adota medidas de protecção das uniões de facto


Jurisprudência Associada

Outros Tipos:

JURISPRUDÊNCIA ASSOCIADA

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
2013-01-15	AC. 3/2013, do STJ, de 15-jan (Revista nº 772/10.4TVPRT.P1.S1)

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adota medidas de protecção das uniões de facto

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

PARLAMENTO

Projeto de Lei 6/VIII: Altera a Lei n.º 135/99, de 28 de Agosto (adopta medidas de protecção da união de facto)

Autoria

- Deputados
 - ISABEL CASTRO (PEV)

1999-10-25 | **Entrada**

1999-11-02 | **Admissão**

1999-11-02 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

1999-11-02 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

1999-11-03 | **Anúncio**

1999-11-06 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 2/VIII/1 . 1999-11-06 (pág. 10-11)]

2001-02-14 | **Discussão generalidade**

- [DAR I série N.º 49/VIII/2 . 2001-02-15 (pág. 1996–2013)]

2001-02-15 | **Requerimento baixa comissão generalidade AV**

- [DAR I série N.º 50/VIII/2 . 2001-02-16 (pág. 2049-2049)]

Votação na Reunião Plenária N.º 50

Aprovado

A Favor: *PS, PCP, PEV, BE*

Contra: *PSD, CDS-PP*

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adota medidas de protecção das uniões de facto

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais

Base de dados:

Supremo Tribunal de Justiça ▼

Palavra Chave:

"uniões de facto"

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

121 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	05/11/2017	1560/11.6tvlsb.l1.s1-a	Pinto de Almeida	Uniformização de Jurisprudência União de Facto Pensão de Sobrevivência Morte Banco
<input type="checkbox"/>	03/24/2017	1769/12.5tbtx.e1.s1	António Joaquim Piçarra	Enriquecimento sem Causa Pressupostos Obrigação de Restituição União de Facto Conta Bancária

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio - Adota medidas de protecção das uniões de facto

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais

Tribunal da Relação de Lisboa ▼

Palavra Chave:

"uniões de facto"

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa:
AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

110 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	04/06/2017	29/16.7t8pst.l1-2	Ondina Carmo Alves	Providência Cautelar União de Facto Direito à Habitação
<input type="checkbox"/>	03/09/2017	7337-16.5t8lsb.l1-6	Maria Manuela Gomes	Atribuição de Pensão de Sobrevivência União de Facto Competência Material
<input type="checkbox"/>	02/09/2017	8740/12.5tbesc.l1-2	Maria JOSÉ Mouro	União de Facto Atribuição de CASA de Morada de Família Litigante de MÁ FÉ

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão